



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR AS CAUSAS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE MINERAÇÃO MINA CÓRREGO DO FEIJÃO DA EMPRESA VALE S.A. SITUADA NO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO ESTADO DE MINAS GERAIS OCORRIDO EM 25 DE JANEIRO DE 2019 BEM COMO APURAR RESPONSABILIDADE POR ESSE SINISTRO E AVALIAR FORMAS DE MINORAR OS RISCOS DA OCORRÊNCIA DE NOVOS ACIDENTES.

REQUERIMENTO Nº de 2019
(Do Srs. Rogério Correia e Gilberto Abramo)

Requer a realização de uma Audiência Pública desta CPI para tratarmos dos aspectos econômicos envolvendo a Mineradora Vale.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 255, c.c o art. 24, XIV, do Regimento Interno, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de uma Audiência Pública desta CPI, no dia 23 de maio às 10h, quando trataremos de aspectos econômicos envolvendo a mineradora Vale.

Para esta Audiência solicitamos a convocação de representantes dos pequenos acionistas, controladores da empresa, o Secretário de Fazenda de Minas Gerais, o Secretário de Desestatização do Ministério da Economia e o Presidente da Agência Nacional de Mineração. Convidaremos ainda, representantes de entidades e da sociedade civil para tratar de aspectos econômicos que envolvem a mineradora Vale, dentre eles:

1. Qual é a dívida da mineradora com a Previdência Social e com outras obrigações tributárias;
2. Qual foi a valor da CFEM paga pela mineradora nos últimos 5 anos;
3. Lucros da mineradora nos últimos 5 anos;
4. Qual tem sido o efetivo pagamento das multas aplicadas pelos órgãos de meio ambiente;
5. Quem são os efetivos controladores da mineradora.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Desde a sua privatização em 1996, a mineradora Vale passou por diversas alterações em sua direção, os controladores também se renovaram, essa empresa detém a maior parte da exploração de minerais no Brasil, seus resultados apresentam ano após ano lucros expressivos.

Contudo a contrapartida para com as cidades onde opera e o pagamento de suas obrigações tributárias ficam aquém daquilo que poderia. Estima-se que com a desoneração do pagamento de ICMS feito por meio da Lei Kandir, o estado de Minas Gerais tenha deixado de arrecadar mais de 140 bilhões de reais no período.

Os rompimentos das barragens de Fundão em Mariana e Córrego do Feijão em Brumadinho, acenderam o alerta para que façamos um balanço efetivo das contrapartidas econômicas da atividade para a economia brasileira.

Sala da Comissão, de maio de 2019.

Deputado Rogério Correia

Relator

Deputado Gilberto Abramo

Vice-presidente